



Ministério da  
Cultura



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA  
MINISTÉRIO DA CULTURA  
FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO  
CURSO DE FORMAÇÃO DE GESTORES CULTURAIS DOS ESTADOS DO  
NORDESTE**

**KARINA DOS ANJOS GALINDO**

**TODOS COM A NOTA, TODOS COM CULTURA: UM  
MODELO DE IMPLEMENTAÇÃO DO MÓDULO CULTURAL  
NO PROGRAMA TODOS COM A NOTA NA SECRETARIA  
DA FAZENDA DE PERNAMBUCO.**

RECIFE  
2014

KARINA DOS ANJOS GALINDO

**TODOS COM A NOTA, TODOS COM CULTURA: UM  
MODELO DE IMPLEMENTAÇÃO DO MÓDULO CULTURAL  
NO PROGRAMA TODOS COM A NOTA NA SECRETARIA  
DA FAZENDA DE PERNAMBUCO.**

Monografia apresentada ao Curso de Formação de Gestores Culturais dos Estados do Nordeste, promovido pelo Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, da Universidade Federal da Bahia, em parceria com a Fundação Joaquim Nabuco e o Ministério da Cultura, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Gestão Cultural.

Orientador: Prof<sup>o</sup> Sérgio Coelho Borges Farias

RECIFE  
2014

KARINA DOS ANJOS GALINDO

**TODOS COM A NOTA, TODOS COM CULTURA: UM MODELO DE  
IMPLEMENTAÇÃO DO MÓDULO CULTURAL NO PROGRAMA TODOS COM A  
NOTA NA SECRETARIA DA FAZENDA DE PERNAMBUCO**

Monografia apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Gestão Cultural pela Universidade Federal da Bahia.

Aprovada em 27 de novembro de 2014.

**Banca examinadora**

Profa. Dra. Isaura Botelho

Doutora em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo

Profa. Dra. Cibele Rodrigues

Doutora em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco

Dedico esta monografia a uma extensão de mim,  
meu filho Enzo.

## **AGRADECIMENTOS**

À família, especialmente a minha mãe.

Hérrison Dutra

À Secretaria da Fazenda do Estado de Pernambuco.

A Fabiano Pinheiro Gomes

A Fransico Crisbari

À Isabela Cribari

Ao Prof<sup>o</sup> Sérgio Coelho Borges Farias

A Fábio Simões

*“A cultura é a busca da nossa perfeição total mediante a tentativa de conhecer o melhor possível o que foi dito ou pensado no mundo, em todas as questões que nos dizem respeito”*

Matthew Arnold

GALINDO, Karina dos Anjos. **Todos com a nota, todos com cultura**: sugestão de um modelo de implementação do módulo cultural no programa todos com a nota na Secretaria da Fazenda de Pernambuco. p. il. 2014. Monografia (Curso de Formação de Gestores Culturais dos Estados do Nordeste) – Instituto de Humanidades, Artes e Ciências. Professor Milton Santos, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.

## RESUMO

Esta monografia apresenta uma proposta de intervenção no atual modelo de incentivo fiscal Todos com a Nota do Estado de Pernambuco. Nesse Estado a Secretaria da Fazenda criou o programa Todos Com a Nota em 1997 que foi reeditado em 2007. É um projeto do Governo que contempla 3 (três) módulos: o solidário, o esportivo e o educacional. O cidadão troca cupons fiscais e nota fiscais do modelo 2 de Venda a Consumidor por ingressos para o campeonato pernambucano de futebol, ajuda ONGs e outras instituições que acolhem pessoas em situação de risco e escolas públicas. Sua pergunta de investigação foi quais os requisitos necessários para implementar um modelo exequível para módulo cultural na Secretaria da Fazenda do Estado de Pernambuco? Ela tem como objetivo aumentar a arrecadação do Estado de Pernambuco oferecendo produtos e serviços culturais á sociedade. Ela é, sobretudo, uma preocupação de mostrar á Secretaria da Fazenda a viabilidade do supracitado módulo, comprovando as benesses á própria instituição através do incremento da arrecadação, já que nos presentes módulos não atinge a classe media pernambucana , a que mais arrecada em termos qualitativos, dado esse obtido através da monografia de Robson Abreu, que avaliou o perfil socioeconômico do Todos com a Nota, que constata que essa classe ainda não aderiu de fato ao programa. Vimos também através da pesquisa da DIP que os usuários sugeriram como melhoria dos serviços prestados pelo TCN a criação de eventos para troca de outros ingressos, o que foi grande um motivador pela escolha do tema.

**Palavras-chave:** Arrecadação. Incentivo fiscal. Todos com a Nota. Módulo cultural.

GALINDO, Karina dos Anjos. **All with the note, all with culture:** a suggestion of an implementation model of the cultural program every module in the note with the Treasury Department of Pernambuco. p. il. 2014. Monograph (Training Course for Managers of Cultural Northeastern States) – Institute of Humanities, Arts and Sciences. Professor Milton Santos, Federal University of Bahia, Salvador, 2014.

## **ABSTRACT**

This monograph is an intervention proposal on the current tax incentive model Todos Com A Nota ("Everyone Gets The Receipt") of the State of Pernambuco. In this state the Treasury Department established the Todos Com A Nota program in 1997 and renewed it in 2007. It is a public project that includes 3 modules: solidarity, sports and education. Citizens can barter tax receipts (cupom fiscal) and retail bills of sales (nota fiscal modelo 2) for tickets for the Pernambuco soccer championship and support NGOs and other institutions that provide refuge for people at risk and public schools. The monograph's research question was how to implement the cultural module at the State of Pernambuco Treasury Department. The objective was to increase tax revenue of the State of Pernambuco by offering cultural products and services to the society. It is, first of all, the concern to reveal the feasibility of the above-mentioned module to the Treasury Department, proving the benefits to the institution itself through the increased revenue, since the current modules do not reach the Pernambuco middle class, which are the best tax payers in qualitative terms, data presented by Robson Abreu's monograph that evaluated the socioeconomic profile of the Todos Com A Nota program that determined that they did not join the program. We have also learnt from the DIP research that the users have suggested organizing events for the bartering of other tickets in order to improve the services provided by TCN, which was one reason for the choice of the topic.

**Keywords:** Tax revenue. Tax incentive. Todos Com A Nota program. Cultural module.



## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

<b>APEC</b>	-	Aliança Pró Evangelização das Crianças
<b>BIP</b>	-	Dados de Informação e pesquisa
<b>CAP</b>	-	Centro de apoio pedagógico
<b>CAPPE</b>	-	Centro de Apoio pedagógico de atendimento às pessoas com deficiência visual.
<b>CFC</b>	-	Conselho Federal de Cultura
<b>CNDA</b>	-	Conselho Nacional de Direito Autoral
<b>CNRC</b>	-	Centro Nacional de Referência Cultural
<b>DAC</b>	-	Departamento de Assuntos Culturais
<b>DIP</b>	-	Dados de informações e pesquisa
<b>FNDE</b>	-	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
<b>FUNARTE</b>	-	Fundação Nacional de Arte
<b>IBPT</b>	-	Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação
<b>INCE</b>	-	Instituto Nacional de Cinema Educativo
<b>INL</b>	-	Instituto Nacional do Livro
<b>LRF</b>	-	Lei de Responsabilidade Fiscal
<b>MEC</b>	-	Educação e Cultura
<b>MS</b>	-	Ministérios da Saúde
<b>ONU</b>	-	Organização das Nações Unidas
<b>PAC</b>	-	Plano de Ação Cultural
<b>PIB</b>	-	Produto Interno Bruto
<b>PNEF</b>	-	Programa Nacional de Educação Fiscal
<b>SEAD</b>	-	Superintendência Estadual de Apoio à Pessoa com Deficiência
<b>SEFAZ</b>	-	Secretaria da Fazenda do Estado
<b>SEFAZ-PE</b>	-	Secretaria da Fazenda do Estado de Pernambuco
<b>SINPROFAZ</b>	-	Sindicato Nacional dos Procuradores da Fazenda Nacional
<b>SOBECER</b>	-	Sociedade Beneficiente de Cegos de Rec
<b>SPHAN</b>	-	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
<b>TCN</b>	-	Todos Com a Nota

## SUMÁRIO

I INTRODUÇÃO .....	10
I.1 Caracterização do problema .....	10
I.2 Apanhado histórico das leis de incentivo cultural no Brasil .....	13
II OBJETIVOS .....	20
II.1 Objetivo Geral .....	20
II.2 Objetivos Específicos .....	20
III METODOLOGIA.....	21
IV JUSTIFICATIVA.....	24
V SUGESTÃO DE UM MODELO EXEQUÍVEL PARA SER IMPLEMENTADO O MÓDULO CULTURAL NA SEFAZ. ....	26
VI CONCLUSÃO .....	32
VII REFERÊNCIAS .....	35
VIII ANEXOS .....	38

# I INTRODUÇÃO

## I.1 Caracterização do problema

Na caracterização do problema foi constatado o porquê existe nosso país uma necessidade de se implantar leis de incentivos á cultura como forma de combate á sonegação fiscal.

Desde os primórdios o pagamento de imposto é visto pela população como um ato punitivo. Seu início no Brasil data de 1534 quando foram criadas as Provedorias da Fazenda Real, as primeiras repartições tributárias no Brasil (SANT'ANNA, 2014).

Até o nome imposto é antipático, nos remete a todo instante ao ato involuntário, mas também desde sempre ele tem sido um instrumento de distribuição de renda numa sociedade – qualquer que seja o alcance desta distribuição – bom ou mau.

Carga tributária é a relação percentual obtida pela divisão do total geral da arrecadação de tributos do país em todas as suas esferas (federal, estadual e municipal) em um ano, pelo valor do PIB (Produto Interno Bruto). No Brasil ela chega perto dos 38% do PIB (Produto Interno Bruto) número esse que aumenta a cada ano e que bateu novo recorde em 2013 e fechou o ano em 37,65% do Produto Interno Bruto (conjunto de bens e serviços produzidos no país) com alta de 0,53 ponto percentual em relação ao ano anterior, que foi de 37,13% (SINCRONISMO COMUNICAÇÃO, 2014).

Os impostos nas nossas três bases de tributação: renda, patrimônio e consumo, somadas a falta de retorno de serviços que melhorem a qualidade de vida da população, faz o Brasil ser, pela quinta vez consecutiva, o pior país em retorno de tributos á população, segundo pesquisa do IBPT (Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação) (DIÁRIO CATARINENSE, 2014).

A soma desses fatores faz que a sociedade brasileira entenda as obrigações tributárias como fonte de conflitos e insatisfações, visão esta que fortalece a perspectiva de obter maiores lucros pessoais sonegando impostos. Ocorre, porém, que esta cultura de desobediência tributária envolve o desconhecimento da importância do Estado como regulador da vida social e dos

tributos como os recursos destinados a este fim (GRZYBOVSKI; HAHN, 2006).

A conscientização do papel da Administração Pública ganhou mais relevância com o advento da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que trata da “accountability”, onde as decisões do orçamento anual requerem a participação da comunidade. Contudo, a ampla divulgação das informações fiscais exigidas pela LRF não se traduz automaticamente em uma gestão mais participativa. Resta ainda ao cidadão brasileiro comum a condição de simples observador de noticiários sobre desvio de recursos, elevação da carga tributária, criação de novos tributos, aumento dos gastos públicos, corrupção, mensalão e tantos temas afins. Esta situação provoca um desgaste nos contribuintes.

Segundo Pinho e Sacramento (2009, p. 1364), accountability é conceito que envolve “responsabilidade (objetiva e subjetiva), controle, transparência, obrigação de prestação de contas, justificativas para as ações que foram ou deixaram de ser empreendidas, premiação e/ou castigo”.

Usando a ideia de “tax morale”, ou seja, a motivação intrínseca para pagar impostos como uma medida de norma social é possível observar que a mesma difere muito entre os países, até mesmo os latino-americanos e caribenhos. De acordo com o Latino Barómetro 2005, um “survey” que procura coletar dados comparativos sobre valores e crenças na América Latina e Caribe, o Brasil tem uma “tax morale” mais ou menos próxima ao da média da região e bem abaixo dos Estados Unidos. Nesse país 86% das pessoas acham que não é tolerável qualquer tipo de sonegação (MATTOS; ROCHA; TOPORCOV, 2013).

Não há uma devida política de repressão social da conduta de evasão fiscal. Lembrando de que ainda nosso sistema tributário é regressivo e a tributação é essencialmente sobre o consumo, incidindo, assim, proporcionalmente, em índices maiores sobre aqueles detentores de menor renda.

No Brasil, por exemplo, quem ganha até dois salários mínimos paga 49% dos seus rendimentos em tributos, mas quem ganha acima de 30 salários paga 26% o que deixa a sociedade ainda mais descrente de sua eficiência.

Diante da infeliz realidade tratada, como se pode reverter esta cultura?

Além da Reforma Tributária, certamente a educação tributária ainda é o bom melhor caminho em todo o país.

Em 1996, foi implementado pela Receita Federal o Programa Nacional de Educação Fiscal – PNEF, e vários programas foram criados a níveis estaduais

através de suas escolas fazendárias, mas seria esta medida suficiente para evitar a sonegação?

Atualmente o Brasil é um dos países em desenvolvimento com uma das mais elevadas estimativas de evasão fiscal, atingindo 37,8% do PIB (SCHNEIDER; ENSTE, 2000 *apud* MATTOS; ROCHA; TOPORCOV, 2013). No Brasil se sonega cerca de R\$ 300 bilhões anuais. Esse montante corresponde a mais do que toda riqueza produzida por estados como Rio Grande do Sul (R\$ 252,5 bilhões), Paraná (R\$ 217 bilhões) ou pelo Distrito Federal (R\$ 150 bilhões), conforme aponta estudo feito pelo Sindicato dos Procuradores da Fazenda Nacional (SINPROFAZ, 2014).

Tal fato faz com que vários Estados promovam seus Programas de Incentivos Fiscais, (PACHECO, 2014) descreve que além dos métodos tradicionais (como aperfeiçoamento no uso de informações e utilização de novas tecnologias para auditorias); deve-se adotar políticas que tratam o contribuinte como um indivíduo que necessita de serviços.

E que serviços seriam esses? Que serviços estimularia a população e elevaria seu senso crítico?

Já foi comprovada benesses da arrecadação estadual quando se investe em cultura através de programas do próprio Estado e de outros como Sua Nota é Show da Bahia Notamania do Sergipe.

Comprovando desta forma que a cultura quando bem trabalhada, pode se tornar algo que faça parte da vida e do cotidiano da sociedade, organizando eventos que tragam cultura e valorização para a cidade, sem contar o retorno financeiro através do incremento á arrecadação que a mesma traz e incentivando um ato de cidadania. Ou seja, criando essas leis de incentivo a cultura a nível estadual, o governo está, além de ajudando esse incremento da arrecadação, sanando um problema acima supracitado o da sonegação fiscal, no momento que o contribuinte recebe um bem diretamente em suas mãos.

Sabemos que o modelo proposto não resolve o programa de sonegação fiscal no país, mas acredita-se que ao receber um bem ou serviço em troca da uma atitude cidadã: a cobrança da nota fiscal e a mesma sendo repetidas vezes espera-se que se torne hábito podendo de fato atingir uma mudança significativa na formação do comportamento cidadão.

## I.2 Apanhado histórico das leis de incentivo cultural no Brasil

Cultura, direito do povo, obrigação do Estado.

No Brasil a relação entre o Estado e a cultura tem uma longa história, entretanto, a elaboração de políticas para o setor, ou seja, a preocupação na preparação e realização de ações de maior alcance, com um caráter perene, data apenas do século XX.

O estudo de tais políticas também é um objeto de interesse recente.

Sobre as décadas de 1930 e 1940 existe um número razoável de trabalhos que tratam da ação do Estado sobre a cultura.

É importante ressaltar que na maioria dos casos as ações não são necessariamente tratadas como políticas culturais.

Segundo Eduardo Nivón Bolán (2006), a política cultural como uma ação global e organizada é algo que surge no período pós-guerra, por volta da década década de 1950.

Até então, o que se verificavam eram relações, de tensão ou não, entre o campo do político e o da cultura e da arte em geral, gerando atos isolados.

A institucionalização da política cultural é uma característica dos tempos atuais.

Um marco internacional na institucionalização do campo da cultura foi o da criação, em 1959, do Ministério de Assuntos Culturais da França, promovendo ações que se tornaram referencia para diversos países ocidentais. Philippe Urfalino (2004) em um estudo sobre o que denomina de a “invenção da política cultural da França” chama a atenção para o fato de que a política cultural evolui a partir do somatório de ações dos segmentos administrativos, dos organismos em geral e dos meios artísticos interessados.

Aqui no Brasil foi a partir da década de 1930 que o Estado brasileiro passou por um processo de reforma administrativa que tentou implantar políticas governamentais específicas e com alcance nacional para uma série de setores.

No recenseamento de 1940, por exemplo, a cultura mereceu a publicação de um volume específico, com considerações sobre as diversas áreas de abrangência.

Durante o governo de Getúlio Vargas (1930-1945) foram implantadas o que se pode chamar de primeiras políticas públicas de cultura no Brasil. Nesse

período, foi tomada uma série de medidas, objetivando fornecer uma maior institucionalidade para o setor cultural. O exemplo mais clássico dessa ação está na área de preservação do patrimônio material quando em 1937, foi criado o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN).

Desde a década de 1920, os intelectuais modernistas vinham realizando uma forte campanha em favor da preservação das cidades históricas, em especial daquelas pertencentes ao ciclo do ouro em Minas Gerais. Outras iniciativas federais do período são a criação do Instituto Nacional de Cinema Educativo (INCE) e do Instituto Nacional do Livro (INL).

Em julho de 1938 foi criado o primeiro Conselho Nacional de Cultura, composto por sete membros.

No volume sobre a Cultura Brasileira, publicado junto com o Recenseamento Geral do Brasil de 1940, o governo registrava a intenção de criar um órgão de pesquisa estatística específico para as áreas de educação e cultura. Foi também merecedora de atenção especial pelo governo Vargas a área da radiodifusão. O decreto-lei nº 21.111, de 1932, regulamentou o setor, normatizando, inclusive, questões como a da veiculação de publicidade, da formação de técnicos, da potência de equipamentos, entre outras (CALABRE, 2003).

As áreas de rádio e depois de televisão nunca estiveram sob a gestão dos ministérios da Educação ou da Cultura.

O período seguinte, entre 1945 e 1964, o grande desenvolvimento na área cultural se deu no campo da iniciativa privada. Em 1953, o Ministério da Educação e Saúde foi desmembrado, surgindo os Ministérios da Saúde (MS) e o da Educação e Cultura (MEC).

O Estado não promoveu, nesse período, ações diretas de grande vulto no campo da cultura.

Em linhas gerais a estrutura montada no período anterior foi mantida. Algumas instituições privadas como o Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro, o Museu de Arte de São Paulo, a Fundação Bienal, entre outras, foram declaradas de utilidade pública e passaram a receber subvenções do governo federal, porém sempre de maneira descontinuada, nada que se possa chamar de uma política de financiamento ou de manutenção de instituições culturais. Alguns grupos, como o Teatro Brasileiro de Comédia, também receberam auxílio financeiro do governo. Era o momento do crescimento e da consolidação dos meios de comunicação de massa

– do rádio e da televisão mais especificamente, mas também do cinema. O término da Segunda Guerra Mundial, em 1945, permitiu o retorno da produção de aparelhos de rádio e de equipamentos de transmissão. Ainda na década de 1940, o número de emissoras de rádio cresceu na ordem de 100%.

Na década de 1950 a televisão chegava ao Brasil se popularizando rapidamente.

No campo da produção artística em geral, surgiam grupos que propunham a utilização de novas linguagens aliada a uma maior autonomia no processo de criação.

Em 1961, o presidente Jânio Quadros recriou o Conselho Nacional de Cultura, subordinado a presidência da república e composto por comissões das áreas artísticas e de alguns órgãos do governo. A ideia era a da instalação de um órgão responsável pela elaboração de planos nacionais de cultura. Com as mudanças políticas do país, já em 1962, o Conselho retorna para a subordinação do MEC, mantendo as suas atribuições. A partir de 1964, com o início do governo militar os rumos da produção cultural são alterados, o Estado foi retomando o projeto de uma maior institucionalização do campo da produção artístico-cultural. Durante a presidência de Castelo Branco (1964-1967), surgiu nos quadros do governo a discussão sobre a necessidade da elaboração efetiva de uma política nacional de cultura. Em meados de 1966 foi formada uma comissão para estudar a reformulação do Conselho Nacional de Cultura de maneira a dotá-lo de uma estrutura.

Segundo os dados publicados nos Anuários Estatísticos do IBGE, entre os anos de 1940 e 1944 foram inauguradas 39 novas emissoras de rádio e no período de 1945 a 1949 foram 79 novas emissoras possibilitasse assumir o papel de elaborador de uma política cultural de alcance nacional (CALABRE, 2006).

Em novembro de 1966, foi criado o Conselho Federal de Cultura - CFC, composto por 24 membros indicados pelo Presidente da República. Alguns planos de cultura foram apresentados ao governo, em 1968, 1969 e 1973, mas nenhum deles foi integralmente posto em prática.

A questão central dos planos era a da recuperação das instituições nacionais – tais como a Biblioteca Nacional, o Museu Nacional de Belas Artes, o Instituto Nacional do Livro, etc – de maneira que pudessem passar a exercer o papel de construtores de políticas nacionais para suas respectivas áreas. O CFC tinha a atribuição de analisar os pedidos de verba ao MEC instituindo uma política de apoio



a uma série de ações, papel exercido efetivamente até 1974. Durante muito tempo a estrutura do Ministério esteve toda voltada para a área de educação. O Departamento de Assuntos Culturais - DAC, dentro do MEC, foi criado somente em 1970, através do Decreto 66.967.

No final governo do Presidente Médici (1969-1974), durante a gestão do ministro Jarbas Passarinho (1969-1973), foi elaborado o Plano de Ação Cultural (PAC), apresentado pela imprensa da época como um projeto de financiamento de eventos culturais. O PAC abrangia o setor de patrimônio, as atividades artísticas e culturais, prevendo ainda a capacitação de pessoal. Ocorria, então, um processo de fortalecimento do papel da área da cultura.

Lançado em agosto de 1973, o Plano teve como meta a implementação de um ativo calendário de eventos culturais patrocinados pelo Estado, com espetáculos nas áreas de música, teatro, circo, folclore e cinema com circulação pelas diversas regiões do país, ou seja, uma atuação no campo da promoção e difusão de atividades artístico-culturais.

A gestão do ministro Ney Braga, durante o governo Geisel (1974-1978), foi um período de efetivo fortalecimento da área da cultura, com a criação de órgãos estatais que passaram atuar em novas áreas, tais como: o Conselho Nacional de Direito Autoral (CNDA), o Conselho Nacional de Cinema, a Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro e a Fundação Nacional de Arte (FUNARTE). Para Sérgio Miceli (1984), o ministro Ney Braga conseguiu:

Os recursos financeiros do PAC vinham do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

“Um dia para a cultura”. In: Veja, p. 66-70. 15/08/1973.

[...] inserir o domínio da cultura entre as metas da política de desenvolvimento social do governo Geisel. Foi a única vez na história republicana que o governo formalizou um conjunto de diretrizes para orientar suas atividades na área da cultura, prevendo ainda modalidades de colaboração entre os órgãos federais e de outros ministérios, como por exemplo, o Arquivo Nacional do Ministério da Justiça e o Departamento Cultural do Ministério das Relações Exteriores, com secretarias estaduais e municipais de cultura, universidades, fundações culturais e instituições privadas (MICELLI, 1984, p. 75).

A criação dos novos órgãos cumpria parte das metas previstas na Política Nacional de Cultura, que tinha como objetivos principais:

a reflexão sobre qual o teor da vida do homem brasileiro, passando à preservação do patrimônio, ao incentivo à criatividade, à difusão da criação artística e à integração, esta para permitir a fixação da personalidade

cultural do Brasil, em harmonia com seus elementos formadores e regionais.

A Política havia sido elaborada por um grupo de trabalho, a pedido do Ministro, contendo definições, fundamentos legais e traçando as diretrizes de atuação do MEC.

Nesse mesmo período tinha início, fora do âmbito do MEC, um projeto que resultou na criação do Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC).

O Ministério da Indústria e Comércio e o governo do Distrito Federal firmaram um convênio prevendo a formação de um grupo de trabalho, sob a direção de Aloísio Magalhães, para estudar alguns aspectos e especificidades da cultura e do produto cultural brasileiro.

Os principais objetivos do projeto eram o de propiciar o desenvolvimento econômico, a preservação cultural e a criação de uma identidade para os produtos brasileiros. Em 1976 o projeto foi definitivamente oficializado através de um convênio entre a Secretaria de Planejamento, o Ministério das Relações Exteriores, o Ministério da Indústria e do Comércio, a Universidade de Brasília e a Fundação Cultural do Distrito Federal. Em 1979, Aloísio O MEC já possuía a Política Nacional Integrada da Educação e a Política Nacional de Educação Física e Desportos. A Política Nacional de Cultura estava inserida no projeto de elaboração de políticas específicas para as áreas de competência do MEC.

O CNRC deu origem, em 1979, a Fundação Nacional Pró-Memória criou, no âmbito do MEC a Fundação Nacional Pró-Memória, ampliando o trabalho do CNRC (MAGALHÃES, 1997).

No final da década de 1970 temos mais um momento destacado no processo de redirecionamento da política do Ministério. O Departamento de Assuntos Culturais foi substituído pela Secretaria de Assuntos Culturais, mais que uma simples troca de títulos ocorreu uma clara divisão da atuação em duas vertentes distintas dentro de uma mesma secretaria: uma vertente patrimonial e outra de produção, circulação e consumo da cultura.

O papel da Secretaria ficava mais fortalecido dentro do MEC. Em 1981, Aloísio Magalhães assumiu a direção da secretaria que passou a se chamar Secretaria de Cultura, sendo formada por duas subsecretarias: a de Assuntos Culturais – ligada a Funarte e a de Patrimônio ligada ao Iphan e a Fundação Pró-Memória (BOTELHO, 2000). O processo de institucionalização do campo da cultura

dentro das áreas de atuação de governo ocorrido na década de 1970 não ficou restrito ao nível federal. Nesse mesmo período o número de secretarias de cultura e de conselhos de cultura de estados e municípios também cresceu.

Em 1976, ocorreu o primeiro encontro de Secretários Estaduais de Cultura, dando origem a um fórum de discussão que se mantém ativo e que muito contribuiu para reforçar a ideia da criação de um ministério independente.

Em 1985, durante o governo do Presidente José Sarney, foi criado o Ministério da Cultura. Dentro dos órgãos que compunham a Secretaria de Cultura muitos eram de opinião de que mais valia uma secretaria forte que um ministério fraco. Um dos maiores defensores dessa ideia foi Aloísio Magalhães, que havia falecido em 1982. Logo de início o Ministério enfrentou muitos problemas, tanto de ordem financeira como administrativa.

Faltava pessoal para cuidar do conjunto de atribuições que cabem a um Ministério, recursos financeiros para a manutenção dos programas existentes e até mesmo espaço físico para a acomodação da nova estrutura. Ocorreu também um processo de substituição contínua na chefia da pasta. José Aparecido de Oliveira foi nomeado Ministro da Cultura, logo substituído por Aluísio Pimenta, que por sua vez passou o cargo, em 1986, para Celso Furtado.

Na tentativa de criar novas fontes de recursos para impulsionar o campo de produção artístico-cultural foi promulgada a primeira lei de incentivos fiscais para a cultura. A Lei nº 7.505, de 02 de junho de 1986, que ficou conhecida como Lei Sarney. O objetivo era o de buscar superar as dificuldades financeiras que o campo da administração pública federal da cultura sempre enfrentou. O orçamento ficava em grande parte comprometido com a administração do Ministério e de seus órgãos vinculados.

A criação do novo Ministério acabou por significar um menor aporte de recursos financeiros para a área.

Diferentemente da educação, a cultura não conseguiu criar um fundo que não sofresse cortes orçamentários.

Em 1990, sob o governo de Fernando Collor o Ministério da Cultura foi extinto junto com diversos de seus órgãos. A estrutura que naquele momento era insuficiente, ficou em situação insustentável. Muitos dos funcionários dos órgãos extintos foram colocados em disponibilidade. Diversos projetos e programas foram suspensos. A Lei Sarney, que vinha apresentando alguns problemas na forma de

aplicação também foi revogada.

Entre março de 1990 e dezembro de 1991, o governo federal não realizou investimentos na área da cultura. A retirada do governo federal de cena faz com que uma maior parte das atividades culturais passassem a ser mantidas pelos estados e municípios.

Em 23 de dezembro de 1991, foi promulgada a Lei° 8.313, que instituiu o Programa Nacional de Apoio à Cultura. A nova lei, que ficou conhecida como Lei Rouanet, era um aprimoramento da Lei Sarney e começou, lentamente, a injetar novos recursos financeiros no setor através do mecanismo de renúncia fiscal.

Devemos estar atento ao artigo da Professora Isaura Botelho no qual nos alerta sobre

os equívocos que ocorrem quando os poderes públicos, por escassez de recursos e/ou por omissão deliberada, deixam as decisões sobre o que se produz em termos de arte e de cultura nas mãos dos setores de marketing das empresas. Desta forma, os projetos ficam incomodamente dependentes do capital de relações sociais de cada agente criador ou de cada instituição. Assim, o mercado e as relações mundanas tornam-se preponderantes, ao invés de serem um complemento do financiamento público. onde a mesma mostra que o deveria ser obrigação do estado passa ser responsabilidade das empresas privadas através do mecenato (BOTELHO, 2001, p. 73).

## **II OBJETIVOS**

### **II.1 Objetivo Geral**

Elaborar um modelo do módulo cultural para ser implementado no programa Todos com a Nota da Secretaria da Fazenda de Pernambuco.

### **II.2 A implementação do módulo cultural tem esses objetivos específicos:**

- Fomentar a política cultural do Estado através do acesso de bens e serviços culturais;
- Motivar a sociedade a exigir o cupom fiscal Ihe oferecendo um benefício direto e tangível;
- Democratizar o acesso à cultura a todas as classes socioeconômicas da população;
- Ajudar a manutenção dos equipamentos culturais mantidos pelo Governo do Estado de Pernambuco e seus municípios;
- Sensibilizar segmentos da população ainda não usuários do Programa TCN.

### III METODOLOGIA

Este trabalho é um estudo de caso de modelos exitosos já existentes de Lei de Incentivo Fiscal em Pernambuco durante Programa Viva a Nota julho a outubro de 1996 e no programa Todos com a Nota em 1998, onde nesse presente ano existia o módulo cultural.

A Campanha, além de abrigar o futebol, procurou abranger todas as áreas da cultura pernambucana, como: música, teatro, cinema e dança, através de seus representantes mais ilustres. Nomes como Alceu Valença, Reginaldo Rossi, Lenine, Antonio Carlos Nóbrega, Claudionor Germano, Chico Science, Zé Ramalho, Balé Popular do Recife, Maracatu Nação Pernambuco, entre outros, passaram pelos palcos do Espaço Cultural Todos com a Nota, Todos com a Música, que registrava uma média de 10.200 pessoas por show.

Os depoimentos dos artistas que passaram pelos palcos eram que a Campanha Todos com a Nota “revolucionou o acesso à cultura e ao esporte”. (PERNAMBUCO, 1998).

A maioria das suas ações aconteceu no Parque de Exposições de Animais do Cordeiro, na zona norte do Recife. O Parque tinha capacidade para abrigar cerca de 15.000 pessoas. Aos sábados aconteciam os shows musicais e apresentações de dança, enquanto aos domingos eram exibidas as peças de teatro, voltadas para o público adulto e infantil.

Queremos lembrar que o regulamento da Campanha Todos com Nota, de 1997, foi aprovado pela Portaria da Secretaria da Fazenda, Port. SF nº 333, de 19.12.97, e previa o início e o término da Campanha para 23.12.97 e 27.06.98, respectivamente. O grande centro das atividades artísticas da campanha se deu no Espaço Cultural Todos com a Nota.

Todas as informações apresentadas neste histórico foram retiradas do relatório intitulado Campanha Todos com a Nota (PERNAMBUCO, 1998), da Coordenação da Campanha Todos com a Nota. Trata-se de um panorama geral da Campanha de 1997/98, disposto em 12 páginas não numeradas e em anexo, extensa compilação de cópias de artigos de jornais e revistas, legislação, notícias veiculadas no Diário Oficial do Estado, informativos, ofícios e outros tantos

documentos que registraram a campanha de 1997/98, bem como traz breves relatos da Campanha Viva a Nota, que a antecedeu. Na ocasião, o governador do Estado era Miguel Arraes e o secretário da Fazenda era seu neto, o ex-governador de Pernambuco, Eduardo Campos.

Para elaborar o modelo exequível foram também coletadas entrevista de curta duração com o ex-secretário da Fazenda e recém-eleito governador do Estado; Paulo Câmara, uma conversa breve para saber seu grau de interesse e comprometimento.

Paulo Câmara ainda enquanto candidato ao governo do Estado assumiu publicamente em uma entrevista na Globo News que iria implantar o módulo cultural, garantido a população o amplo direito à cultura. Espera-se que esta promessa seja de fato cumprida.

Em outra entrevista, esta feita com o atual coordenador do TCN que está na função desde 2010, Fabiano Pinheiro Gomes, com o objetivo de saber o porquê até agora o módulo cultural não foi implantado e para entender o atual programa em vigor, já que não houve sua abrangência do mesmo e também conhecer as atuais deficiências do atual modelo, visando saná-las para não serem repetidas novamente.

Foi feita entrevista com o Professor Francisco Cribari Neto, do Departamento de Economia da Universidade de Illinois para tomar conhecimento da extrema importância do seu estudo no qual analisa dados econômico dos quatro meses em que foi realizada a campanha Viva a Nota (julho a outubro de 1996) e também entrevista com o Auditor Fiscal Robson Abreu que analisou em sua monografia o perfil socioeconômico dos usuários do TCN nos mostrando as classes menos sensibilizadas pela campanha, nos permitindo torná-las como público a ser atingido, proporcionado desta forma a total aderência ao TCN por toda população do Estado de Pernambuco.

A análise do supracitado auditor foi realizada no intuito de mensurar se a Campanha do TCN é de fato é conscientizadora, analisando diferentes perfis dos seus usuários.

Foram lidas as seguintes pesquisas que serviram de cerne para elaboração desse trabalho:

- A pesquisa comportamental e realizada em 2012 com os usuários do módulo esportivo pela empresa DIP (dados, informações e pesquisas);

- O relatório da campanha “Todos com a Nota”, resultados de 27/06/98 por Elísia Romão, gestora na época do programa;
- Uma análise de acompanhamento da campanha Todos com a Nota por Francisco Cribari Neto;
- Uma Análise do Impacto da Campanha “Viva a Nota” por Francisco Cribari Neto

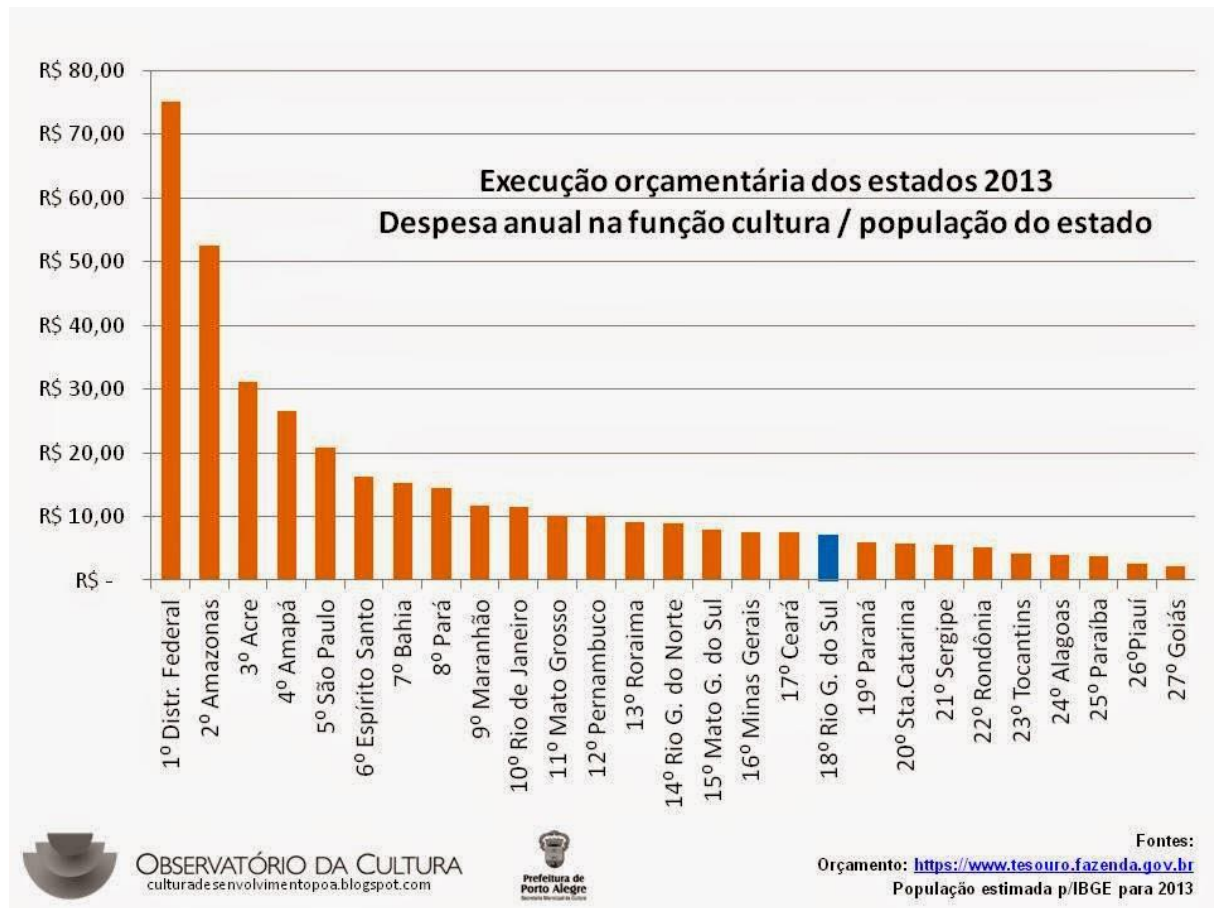


## IV JUSTIFICATIVA

No intuito de ajudar a Secretaria da Fazenda do Estado de Pernambuco a implantar o desejado módulo cultural e sabendo da sua importância para toda a sociedade é houve a escolha por esse tema para o meu trabalho de conclusão de curso.

Um dos motivadores que também ajudaram a corroborar foi o pouco investimento que se é dado a cultura no Estado de Pernambuco como mostra esse gráfico abaixo que Pernambuco ficou em décimo segundo lugar.

**Figura 1 – Execução orçamentária dos Estados em 2013**



E sobretudo, que a vontade da implantação do módulo não é apenas pessoal, mas dos próprios usuários do TCN que segundo a pesquisa da DIP, estão desejosos de uma outra forma de trocar seus cupons fiscais.

Sabemos como a cultura e arte elevam o senso críticos e como elas são

alijadas das classes mais carentes.

Enxergo no módulo cultural uma grande oportunidade de retribuir uma atitude cidadã a democratização do serviço ou bem cultural para todos os pernambucanos.

## **V SUGESTÃO DE UM MODELO EXEQUÍVEL PARA IMPLEMENTAÇÃO DO MÓDULO CULTURAL NA SEFAZ.**

O Programa Todos com a nota que visa incentivar a população a pedir a nota, exercendo sua cidadania, o seu direito de pedir a nota fiscal, garantindo que o Estado obtenha os recursos necessários para fazer as políticas públicas para a população.

Há estudos avaliam o aumento de 30% de incremento da arrecadação em varejo, mas sabe-se que a mesma deve ser analisada de forma mais ampla e não simplesmente de forma numérica, para isso em 2012 foi feito um pesquisa comportamental a qual é o efeito da participação da campanha na conscientização dos seus usuários

Fabiano Pinheiro Gomes, coordenador do programa TCN.

O programa está em constante crescimento e aprimoramento, está previsto na lei que implantou a campanha Todos Com a Nota o módulo cultural espera-se que o mesmo implantado em 2015 já que o mesmo foi promessa de campanha do governador eleito Paulo Câmara (ver anexo), já se fala de cifras destinadas ao programa, algo em torno de 10 milhões.

É válido lembrar que até já existiu em Pernambuco o Programa Viva a Nota em 1996 e 1997 onde já houve a oferta a população de produtos e bens serviços, um sucesso total de aderência de público segundo o artista e produtor Leisdson Ferraz.

Era um projeto que contemplava música, artes cênicas, onde se faziam inúmeras filas de pessoas que nunca tiveram a chance de ir ao teatro.

A peça Cinderela: a estória que sua mãe não contou, as filas iam da antiga Mesbla até o Teatro do Parque.

O produtor supracitado O mesmo relata que houve uma queda dos níveis de apresentação teatrais quando as mesmas passaram a serem apresentadas no Parque de Exposição, já que o mesmo não era adequado por falta de infraestrutura básica que uma apresentação teatral exige. a acústica, iluminação ficaram comprometidos.

Existe a previsão de ser implementado o módulo cultural no Estado de Pernambuco, houve até um anuncio pelo então Ex-Governador, Eduardo Campos, em 2012 em site oficial do governo que o mesmo seria implementado até o primeiro trimestre do presente ano, porém em entrevista com o coordenador do TCN Fabiano

Pinheiro Gomes o mesmo afirma que isto não foi feito, já o que Estado apresentava uma crise e quase nada foi feito até o momento (GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO, 2014).

Apesar do Estado já ter se reunido com Secretaria de cultura, não existe um modelo pré-modelo elaborado para o tão almejado módulo.

Assim, pretende-se com o presente estudo, reforce através de dados econômicos a viabilidade do mesmo através dos “cases” já citados, mostrando o incremento da arrecadação através da cultura.

Seguramente é possível incentivar a atual gestão a abranger o programa supracitado inserindo o desejado e necessário módulo cultural segundo dados já citados da pesquisa da BIP em 2013.

No intuito de facilitar a implantação do modelo sugerido estamos o explicitando passo a passo, explicando em cada passo suas metas e prioridades.

**1º Passo:** Uma escuta social como forma democrática para focar na linguagem cultural de preferência dessa nova demanda de usuários que iremos atingir o que já foi sugerido e acatado pelo coordenador do programa Fabiano Pinheiro Gomes.

Foi sugerida uma escuta através de uma enquete bem simples direta, objetiva e usando uma linguagem coloquial a ser implantada no site do Programa TCN e na sua “*fanpage*” do *facebook*.

Já pensou que legal será trocar suas notas fiscais por serviços culturais? Sua opinião é muito importante para que possamos oferecer o que você deseja. Para isso contamos com sua contribuição em responder a esta pergunta: prefiro trocar minhas notas por?

Show musical

Cinema

Teatro

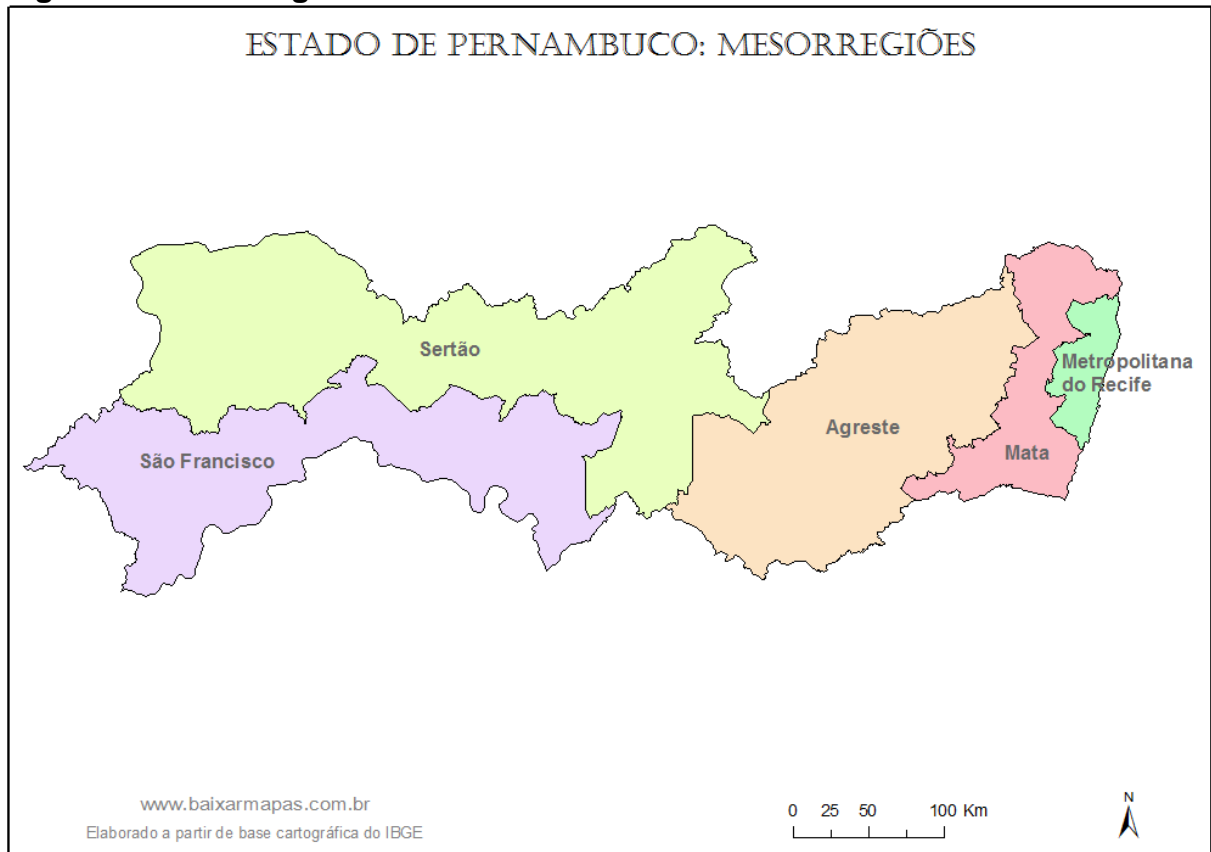
Dança

**2º Passo:** descentralização dos eventos culturais oferecido pelo módulo cultural.

Devemos salientar que o programa deve ser descentralizador e atender as mesorregiões do Estado: Litoral, Zona da Mata, Agreste, Sertão e São Francisco

(Figura 2).

**Figura 2 – Mesorregiões do Estado de Pernambuco**



Através deste mapa do IBGE temos uma visão que é Região metropolitana (RMR) é a menor região, e é onde a maioria dos eventos culturais se concentra sobrepujando as necessidades de outras regiões menores e mais carentes de eventos e recursos, o repasse do módulo cultural a essas cidades preteridas é uma forma de aplicar justiça social e amenizar as desigualdades em nosso Estado.

Nessas mesorregiões devemos buscar equipamentos que estejam em perfeitas condições de uso e tenha capacidade de abrigar eventos de grande porte, podendo atender as cidades circunvizinhas.

**3º Passo:** utilização dos equipamentos culturais do Estado de Pernambuco e dos seus municípios

É mais racional aos cofres públicos investir nos seus próprios equipamentos culturais tão carentes, como exemplo, podemos citar o Cinema São Luiz, o cinema de rua com mais assentos e demandas de Pernambuco e o mesmo sequer possui um projetor digital.

Depois listar os equipamentos culturais sob administração dos Estados e dos municípios como exemplo, o mais antigo cinema em funcionamento da América Latina em Arco Verde o Cine Rio Branco em péssimas condições de uso, esses gestores dos espaços culturais devem ser ouvidos para aplicação dos recursos financeiros que receberam elaborando um planejamento com a acessória dos técnicos da Sefaz, para que os recursos repassados venham a ser efetivamente aplicados nas prioridades de cada equipamento.

Segue a lista de alguns equipamentos estaduais e municipais importantes em anexo da monografia.

#### 4º Passo: estabelecer parceria

Uma parceria com a Secult – Fundarpe, Secretaria de Desenvolvimento do Estado de Pernambuco com a SEFAZ seja fundamental. A instituição citada pode injetar recursos na manutenção dos equipamentos culturais mantidos e executados pelo próprio Estado de Pernambuco e municípios em contrapartida tais organizações mantenedoras desses equipamentos devem colaborar na questão logística e com toda sua expertise e capital humano, juntos podemos operacionalizar tal módulo.

É de extrema importância que cada equipamento cultural liste suas prioridades e planeje como irá aplicar o repasse dos recursos do módulo.

#### 5º Passo: a curadoria dos eventos.

Em parceria com a Fundarpe que já possui uma comissão deliberativa com profissionais qualificados em diversas linguagens culturais é que devemos ser assessorados na curadoria dos eventos.

A escolha dos profissionais a serem escolhidos para cada ação deve ser mantida sob assessoria dessa comissão e também através de enquetes pelo próprio site do TCN e sua “*fanpage*”, oferecer o artista escolhido ao público que o elegeu certamente dará o módulo o sentido de pertencimento social.

Todavia deve ser mantida a prioridade aos artistas pernambucanos, uma

maneira de divulgar nossas raízes e tradições. A curadoria deve, sobretudo valorizar os profissionais da Nação Pernambuco.

### 6º Passo: produção dos eventos

Como executora dos programas culturais da Secretaria da Cultura, a Fundarpe pode ser uma grande parceira na produção e elaboração desses eventos, já que tem um quadro qualificado com a expertise na prática de operacionalizar esses eventos e ações.

7º Passo: Aderência do módulo cultural voltada para novos usuários do TCN.

No que se refere ao nível de escolaridade, destacaram-se o colegial completo ou superior incompleto, com 60% dos respondentes. Apenas 15,1% possuem ao menos curso superior completo. Pouco mais de 60% dos respondentes pertencem às classes sociais C e D, ou seja, com renda familiar predominante entre R\$ 714,01 e R\$ 2.565,00. Não chegam a 2% da amostra os respondentes maiores de 60 anos, os pós-graduados ou os da classe social A.

Tabela 2. Perfil dos entrevistados.

Variáveis	Frequência	Percentual	
Gênero	Masculino	288	72,0
	Feminino	112	28,0
Faixa etária	Até 19 anos	54	13,5
	De 20 a 29 anos	138	34,5
	De 30 a 39 anos	103	25,8
	De 40 a 49 anos	66	16,5
	De 50 a 59 anos	32	8,0
	Mais de 60 anos	7	1,8
Nível de escolaridade	Analfabeto/Primário Incompleto	1	0,3
	Primário Completo/Ginasial Incompleto	17	4,3
	Ginasial Completo/Colegial Incompleto	82	20,5
	Colegial Completo/Superior Incompleto	240	60,0
	Superior Completo	53	13,3
	Pós Graduado	7	1,8
Classificação social	Até R\$ 714,00 (classe E)	78	19,5
	De R\$ 714,01 a R\$ 1.024,00 (classe D)	115	28,8
	De R\$ 1.024,01 a 2.565,00 (classe C)	129	32,3
	De R\$ 2.565,01 a R\$ 8.418,00 (classe B)	73	18,3
	Acima de R\$ 8.418,00 (classe A)	5	1,3

Através deste gráfico podemos entender melhor o perfil dos usuários dos TCN e atingir com o módulo cultural o segmento social que ainda não foi sensibilizado pela campanha: o de maior poder aquisitivo e de maior nível de instrução. A arte como fator de agregação social é um dos desafios estimulante a

ser enfrentado pelo módulo.

**8º Passo:** acessibilidade.

Objetivamos ofertar serviços culturais inclusivos em parceria com a SEAD e outras instituições como CAP, Apec, CAPPE, Sobecer outras produtoras sensíveis a este problema para atingir, deficientes visuais, surdos e tornar os serviços culturais realmente inclusivos em nosso Estado.

O que diz a ONU sobre isso?

No documento: Normas sobre a Equiparação de Oportunidades para Pessoas com Deficiência, afirma a ONU:

Os Países-Membros devem garantir que as pessoas com deficiência sejam incluídas em atividades culturais e possam participar nelas numa base igualitária. [...] Os Países-Membros devem garantir às pessoas com deficiência a oportunidade de usar o seu potencial criativo, artístico e intelectual ao máximo, não só para o seu benefício, mas também para o enriquecimento de sua comunidade, situada em zonas urbanas e rurais. Exemplos de tais atividades são a dança, a música, a literatura, o teatro, as artes plásticas, a pintura e a escultura. Particularmente nos países em desenvolvimento, deve ser dada ênfase às formas de artes tradicionais e contemporâneas, tais como marionetes, recitação e contação de histórias. (ONU, 1993, p. 20). (grifos nossos)

O que diz a Constituição Federal?

A respeito de lazer e cultura, a Constituição Federal (BRASIL, 1988, p. 01) afirma, no art. 6º, que “são direitos sociais [...] o lazer [...], na forma desta Constituição” (grifo nosso).

Também diz, no art. 227, que:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito [...] ao lazer [...] à cultura [...], além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (grifos nossos). (BRASIL, 1988, p. 01).



## VI CONCLUSÃO

Esta pesquisa pretendeu dar resposta ao seguinte problema quais os procedimentos necessários na criação um modelo exequível para ser implantado no módulo cultural da SEFAZ?

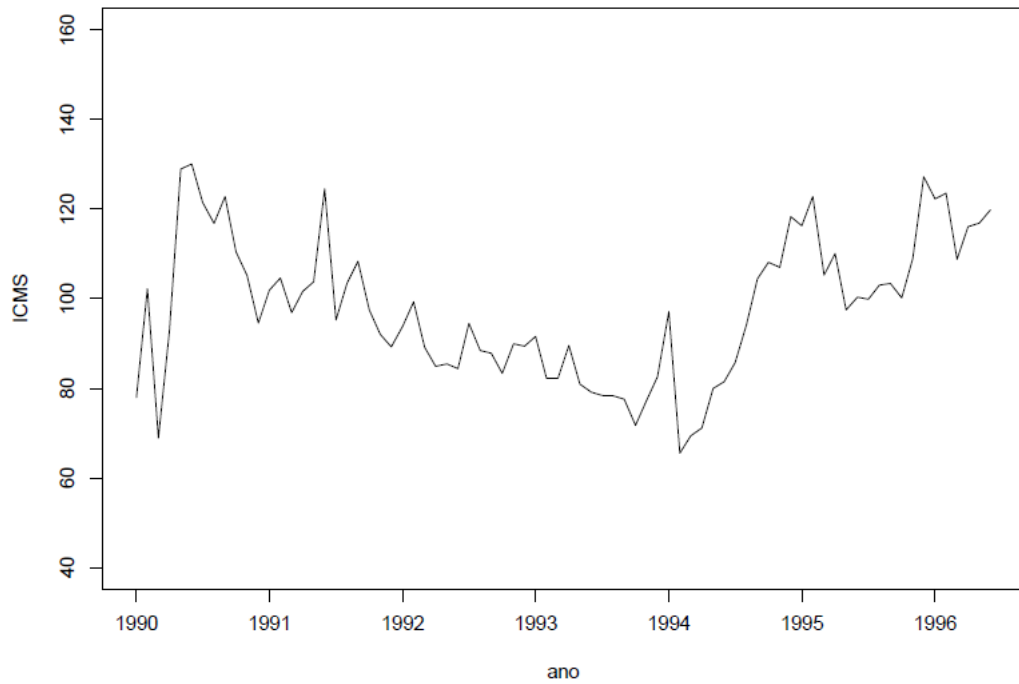
Elaboramos um passo a passo indicando a sugestão de um modelo a ser seguido.

Por fim, esta dissertação se faz importante para a Secretaria da Fazenda do Estado de Pernambuco (SEFAZ-PE), haja vista que se espera que módulo seja implementado com seu devido planejamento por pessoas qualificadas não apenas na esfera admirativa, mas também em gestões de políticas públicas culturais.

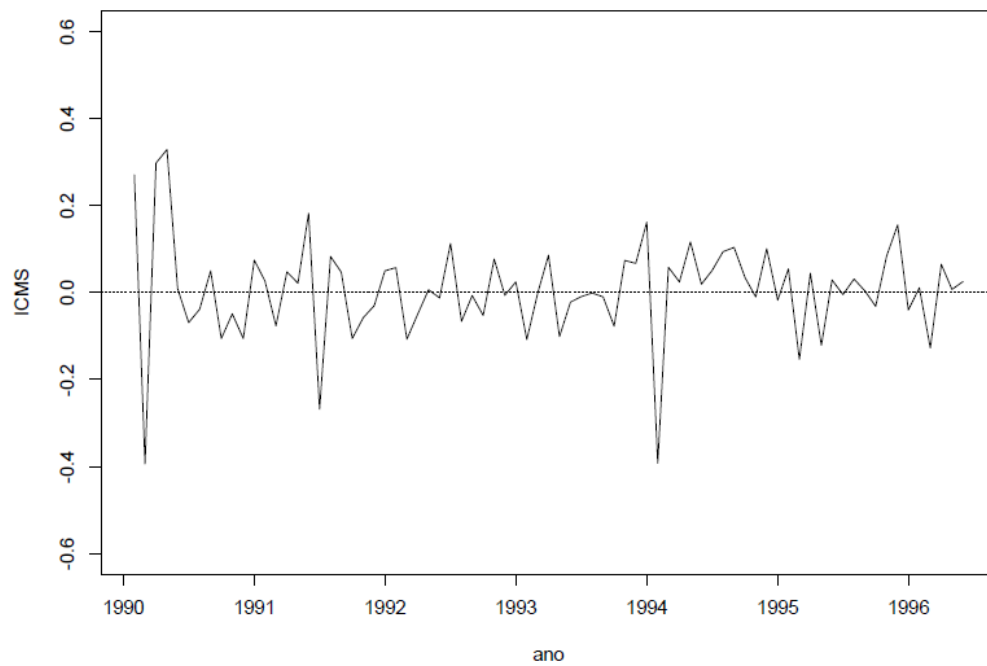
Acredita-se também que o mesmo é emblemático para o Estado de Pernambuco. Sabemos das dificuldades que a Secretaria da Fazenda do Estado de Pernambuco possui na implementação do desejado módulo, infelizmente não existe segundo o coordenador do TCN, Fabiano Pinheiro, o capital humano necessário para sua implementação, haja vista que o último concurso foi realizado em 1992 e o deixando o quadro completamente desfasado, como no novo concurso em 2014 sabemos que haverá uma renovação na instituição com a entrada de novos auditores e espera-se que várias auditores se sensibilizem pela causa , o que já foi comprovado com conversas informais com os colegas e que se sensibilizem ajudar na Implantação a exemplo o auditor fiscal Fábio Simões

A certeza que A Campanha Viva a nota promovida pela SEFAZ em 1996 ajudou no incremento da arrecadação Estadual, como mostra o gráfico abaixo, é a certeza que meu trabalho é foi de grande valia para minha instituição, já é um fator bastante convincente para que o módulo cultural seja implantado no TCN.

**Figura 1: Arrecadação do ICMS em PE**



**Figura 2: Taxa de Crescimento da Arrecadação do ICMS em PE**



Gráficos extraídos do relatório Análise do Impacto da Campanha “Viva a Nota” elaborado pelo Economista Francisco Cribari Neto Department of Economics,

Southern Illinois University. Ele retrata uma análise estatísticas dos dados referentes ao impacto da campanha “Viva a Nota” sobre a arrecadação do ICMS. Podemos notar claramente através dos o crescimento da arrecadação.

A arrecadação do ICMS proveniente de notas fiscais no Estado de Pernambuco em setembro de 1996 aumentou em 36.96% relativamente ao mesmo mês do ano anterior. A arrecadação deste imposto aumentou em 39.34% no município de Recife e em 33.26% no resto do Estado.

Devemos salientar foi constatada que na primeira consultoria na primeira foi 1996 e foi verificado cada 1 (um) real trocado de nota fiscal implicou no aumento de arrecadação de 40 centavos em média os custos inferiores do programa e que mais de 70 milhões foram arrecadados.

É válido citar que as contribuições que deste estudo para a sociedade e de como a implantação desse programa pode repercutir como incentivo á cultura e a formação de uma consciência mais crítica e cidadã por parte da sociedade.

## VII REFERÊNCIAS

BOLÁN, Eduardo Nivón. **La política cultural**: temas, problemas y oportunidades. México: CONACULTA/FONCA, 2006.

BOTELHO, ISAURA. Dimensões da cultura e políticas públicas. **São Paulo Perspec.** v. 15, n.2, p. 73-83, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/spp/v15n2/8580.pdf>.

BOTELHO, Isaura. **Romance de Formação**: FUNARTE e política cultural. 1976-1990. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2000.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm).

CALABRE, Lia. O Conselho Federal da Cultura, 1071-1974. **Estudos Históricos**, n. 37, p.81-98, jan.-jun. 2006.

CALABRE, Lia. Políticas públicas culturais de 1924 a 1945: o rádio em destaque. **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, n. 31, p. 161-181, 2003.

DIÁRIO CATARINENSE. **Brasil tem o pior retorno de impostos à população, mostra estudo**. 03/04/2014. Disponível em: <http://diariocatarinense.clicrbs.com.br/sc/economia/noticia/2014/04/brasil-tem-o-pior-retorno-de-impostos-a-populacao-mostra-estudo-4464741.html>. Acesso em: 15 out. 2014.

GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO. Governo amplia programa Todos com a Nota em 2012. **Notícias**. Disponível em: <http://www.pe.gov.br/mobile/blog/2012/01/12/governo-amplia-programa-todos-com-a-nota-em-2012/>.

GRZYBOVSKI, D.; HAHN, T. G. Educação fiscal: premissa para melhor percepção da questão tributária. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, FGV, v. 40, n. 5, p. 841-864, set./out. 2006.

MAGALHÃES, Aloísio. **E Triunfo?** A questão dos bens culturais no Brasil. Rio de Janeiro. Nova Fronteira; Fundação Roberto Marinho, 1997.

MATTOS, Enlison; ROCHA, Fabiana; TOPORCOV, Patrícia. Programas de Incentivos Fiscais São Eficazes? Evidência a Partir da Avaliação do Impacto do Programa Nota Fiscal Paulista Sobre a Arrecadação de ICMS. **RBE**, Rio de Janeiro v. 67 n. 1 / p. 97–120 Jan-Mar 2013.

MELO, Jamildo. Na JC News, Paulo Câmara promete ampliar Todos com a Nota para área cultural, **Notíciais**. 29/09/2014. Disponível em: <http://blogs.ne10>.

uol.com.br/jamildo/2014/09/29/na-jc-news-paulo-camara-promete-ampliar-todos-com-nota-para-area-cultural/.

MICELI, Sérgio (Org.). **Estado e cultura no Brasil**. São Paulo: Difel, 1984.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU. **Normas para Equiparação de Oportunidades para Pessoas com Deficiência da ONU n.º 48/96**, 20 de Dezembro de 1993. Disponível em: <http://styx.nied.unicamp.br/todosnos/documentos-internacionais/normas-para-equiparacao-de-oportunidades-para-pessoas-com-deficiencia-1993/view>.

PACHECO, Mariana Pimentel Fischer. Receita Federal do Brasil: Desafios para a realização de um projeto de cooperação fiscal aprendendo com a experiência nacional e internacional. Disponível em: [http://www.fiscosoft.com.br/main\\_online\\_frame.php?page=/index.php?PID=256299&key=TjNNVGd4TVRNd05qSTJOVGcyTXpjM09URTFNVGd6TIRreE5UQT1JNw](http://www.fiscosoft.com.br/main_online_frame.php?page=/index.php?PID=256299&key=TjNNVGd4TVRNd05qSTJOVGcyTXpjM09URTFNVGd6TIRreE5UQT1JNw). Acesso em: 15 out. 2014.

PERNAMBUCO. Secretaria da Fazenda. **Relatório da Campanha “Todos com a Nota”**. Recife, 1998.

PINHO, José A. G. de; SACRAMENTO, Ana R. S. Accountability: já podemos traduzi-la para o português? **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, FGV, v. 43, n. 6, p. 1343-1368, nov./dez. 2009.

SANT’ANNA, Glécio José Borges de. **História do imposto de renda**. Disponível em: <http://www.clerioborges.com.br/declaraisento.html>. Acesso em: 15 out. 2014.

SINCRONISMO COMUNICAÇÃO. Carga tributária bate recorde e chega a 37,65% do PIB, diz estudo. 29/01/2014. Disponível em: <http://blogsincronismo.wordpress.com/?s=carga+tribut%C3%A1ria+em+2013+bate+recorde>. Acesso em: 15 out. 2014.

SINDICATO DOS PROCURADORES DA FAZENDA NACIONAL – SINPROFAZ. Sonegação de impostos no Brasil é 12 vezes superior aos gastos com a Copa do Mundo. **Notícias**. 26/08/2014. Disponível em: <http://www.sinprofaz.org.br/noticias/sonegacao-de-impostos-no-brasil-e-12-vezes-superior-aos-gastos-com-a-copa-do-mundo>. Acesso em: 15 out. 2014.

URFALINO, Philippe. **L’invention de la politique culturelle**. Paris: Hachette Littératures, 2004.

<http://pt.wikipedia.org/wiki/Arcoverde>

BORDIN, L. C. V. A origem dos tributos. Estudos Econômico-Fiscais. Governo do Estado do Rio Grande do Sul, Secretaria da Fazenda, Departamento da Receita Pública Estadual, Divisão de Estudos Econômico-Tributários, ano 8, n. 9, nov. 2002.

<http://blogs.ne10.uol.com.br/jamildo/2014/09/29/na-jc-news-paulo-camara-promete-ampliar-todos-com-nota-para-area-cultural/>

<http://www.cultura.pe.gov.br>

## VIII ANEXOS

Equipamentos Culturais – Prefeitura do Recife.

Equipamento/ Endereço /Gestor /Telefone /E-mail

Teatro do Parque Rua do Hospício, 81 - Boa Vista

Xislane Ramos (provisório)

Fone: 3355-3113.

E-mail: teatroparque@gmail.com / xisarauji@hotmail.com

Teatro Barreto Júnior

Rua do Estudante Jeremias Bastos, s/n,

Pina Marcelino Dias

Fones: 3355-6398 / 6399

E-mail: teatrobarretojunior@hotmail.com

Teatro Santa Isabel

Praça da República, s/n, Santo Antônio

Administração: Célia e Liane / Diretora: Rita Marize

Fones: Rita: 9720-7133 / Administração: 3355- 3323 / Bilheteria: 3355-3324 ou

3322

E-mail: teatrosantaisabel@gmail.com

Teatro Apolo

Rua do Apolo, 121, Bairro do Recife

Carlos Carvalho / Izolda

Fones: 3355-3320 ou 3321 / 9541-4444

E-mails: [cptrecife@gmail.com](mailto:cptrecife@gmail.com) / [apolohermilo\\_izolda@yahoo.com.br](mailto:apolohermilo_izolda@yahoo.com.br)

Teatro Hermilo Borba Filho

Cais do Apolo, s/n, Bairro do Recife

Carlos Carvalho / Izolda

Fones: 3355-3320 ou 3321 / 9541-4444

E-mail: [cptrecife@gmail.com](mailto:cptrecife@gmail.com) / [apolohermilo\\_izolda@yahoo.com.br](mailto:apolohermilo_izolda@yahoo.com.br)

Teatro Luiz Mendonça

Pq. Dona Lindu, Av. Boa Viagem, s/n, Boa Viagem

Williams Santana e Lorena

Fones: Santana 9615-3498 / 8684-1170

E-mails: [teatroluizmendonca@hotmail.com](mailto:teatroluizmendonca@hotmail.com) / [santanawilliams@hotmail.com](mailto:santanawilliams@hotmail.com)

Galeria Janete Costa

Pq. Dona Lindu, Av. Boa Viagem, s/n, Boa Viagem

Simone / Joana D'arc

Fones: 3355-9832

E-mail: [galeriajanetecosta@gmail.com](mailto:galeriajanetecosta@gmail.com)

Museu da Cidade do Recife Forte das Cinco Pontas,

Bairro de São José



Betânia Correa

Fones: 3355-9543 / 3355-3107 / 3355-9544

E-mails: betaniacorreadearaujo@gmail.com / museucidaderecife@gmail.com

Museu de Arte Moderna Aloisio Magalhães - MAMAM

Rua da Aurora, 265, Boa Vista

Beth da Matta

Fones: 3355-6870 / 3355-6871 / 3355-6872

E-mail: administracao@mamam.art.br

Museu de Arte Moderna Aloisio Magalhães - MAMAM Pátio São Pedro

Pátio São Pedro, Casa nº 17, São José

Lorena Taulla

Fone: 3355-6765

E-mail: patio@mamam.art.br

Museu Murillo La Greca

R. Leonardo Bezerra Cavalcanti, 366 - Parnamirim

Bárbara Coullier

Fones: 3355-3126 / 3355-3127 / 3355-3129

E-mail: murillolagreca@gmail.com

Museu de Arte Popular Pátio São Pedro,

Casa nº 49, São José

Carmem Piquet / Angela

Fones: 3355-3110 / 3355-4720

E-mail: museudeartepopulardorecife@gmail.com

Memorial Luiz Gonzaga

Pátio São Pedro, Casa 35, Bairro de São José

José Mauro Alencar (Júnior do Bode)

Fones: 3355-3155 / 3355-3154

E-mail: memorialluizgonzaga01@gmail.com

Memorial Chico Science

Pátio São Pedro, Casa 21, Bairro de São José

José Adriana Vaz

Fones: 3355-3158 / 3355-3159

E-mail: mchicoscience@gmail.com

Sítio da Trindade

Estrada do Arraial, s/n, Casa Amarela Patrícia

Fones: 3355-3410 / 3355-3411 / 3355-6070

E-mails: sitiotrindade@bol.com.br / sitiotrindadesecult@hotmail.com

Escola de Frevo Maestro Fernando

Borges Rua Castro Alves, 440 - Encruzilhada

Anna Miranda

Fones: 3355-3102

E-mail: [pernadepalcomiranda@yahoo.com.br](mailto:pernadepalcomiranda@yahoo.com.br)

Centro de Design

Pátio São Pedro, Casa 10, Bairro de São José

José Sebastião Antunes 3355-3147 / 3355-3148

Centro de Artes Visuais

Pátio São Pedro, Casa 11, Bairro de São José

José Fernanda Simionato

Fones: 3355-3153 Rio de Janeiro/RJ

Além dos acima citados, tem-se ainda:

- Equipamentos culturais do Estado.
- Casa da Cultura
- Cinema São Luiz
- Cine Teatro Guarany
- Espaço Pasárgada
- Estação Cultural Senador Ermírio de Moraes
- Museu da Imagem e do Som
- Museu de Arte Contemporânea
- Museu de Arte Sacra
- Museu do Barro de Caruaru
- Museu do Estado
- Museu Regional de Olinda
- Teatro Arraial

- Torre Malakoff